

“SEM DERRAMAMENTO DE SANGUE”: RELIGIÃO E VIOLÊNCIA NA PRISÃO

Eliakim Lucena de ANDRADE*

RESUMO: O objetivo deste trabalho é refletir sobre religião e violência entre os internos da “Rua dos irmãos” da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), Itaitinga-CE, espaço marcado pela existência do Projeto Renascer, que orienta a vida dos presos a partir de uma moralidade cristã pentecostal. A partir de uma abordagem essencialmente etnográfica, que faz uso do olhar, do ouvir e do escrever, o trabalho demonstra como a religião, na casa de custódia, exerce sobre os presos uma ação de “civildade”, controlando as emoções e regulando os conflitos cotidianos dos presos.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão. Violência. Religião.

Introdução

O objetivo deste trabalho é refletir sobre religião e violência entre os internos da “Rua dos irmãos” da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), Itaitinga-CE, espaço marcado pela existência do Projeto Renascer, que orienta a vida dos presos a partir de uma moralidade cristã pentecostal.

De modo geral, o cotidiano das prisões brasileiras não é o caos apresentado pelas redes midiáticas. Há um regime de conduta a ser seguido à risca pelos presos: o não seguir as regras de procedimento pode acarretar em consequências sérias ao indivíduo. No Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), por exemplo, no “vacilo de 1000°”, o transgressor é violentado fisicamente, e no “vacilo de

* Mestre em Sociologia – UFC – Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza – CE – Brasil. 60020-181. eliakimlucena@gmail.com

morte”, a pena é capital. Já na CPPL II, o “vacilão” é rapidamente disciplinado na “tranca” ou transferido de presídio. A violência física, instigada outrora em ocasiões de desvio, agora é negada a favor de uma punição pacífica, “sem derramamento de sangue”.

A partir de uma abordagem essencialmente etnográfica, que faz uso do olhar, do ouvir e do escrever (OLIVEIRA, 2006), o trabalho demonstra como a religião, na casa de custódia, exerce sobre os presos uma ação de “civildade”, controlando as emoções e regulando seus conflitos cotidianos.

Dessa forma, a pesquisa de campo foi distribuída em duas fases: a primeira, voltada à observação etnográfica e às conversações; e a segunda, vinculada ao desenvolvimento de entrevistas abertas. No entanto, essas fases não estão separadas rigidamente; elas, em diversos momentos da pesquisa, se alternam dinamicamente de acordo com as situações nas quais estive envolvido.

A CPPL II

Atualmente, a rede penitenciária cearense é composta por quatro penitenciárias, dois presídios, duas colônias agrícolas, uma casa de albergado, cinco casas de custódia, dois hospitais e 131 cadeias públicas¹. A rede tem capacidade para 9.057 detentos, contudo, no Semanal do Efetivo de Presos Existentes nas Unidades Penais do Estado do Ceará, divulgado no último mês de dezembro, demonstra-se que o número de internos na rede é de 17.657, convergindo com a atual situação carcerária do Brasil, na qual há uma população 514.582 pessoas ocupando um espaço com capacidade máxima de 306 mil vagas².

Localizado na BR 116, Km 27, no município de Itaitinga, Região Metropolitana de Fortaleza, o Complexo Penitenciário Itaitinga II é constituído por três Casas de Privação Provisória de Liberdade; são as CPPLs II, III e

¹ A distinção entre uma instituição e outra está no tipo de regime que o interno deve cumprir. No caso de Presídios (ou Penitenciárias), o regime é fechado. Em Colônias Agrícolas, o cumprimento da pena é semi-aberto. Em Casas de Albergado, é aberto. Já as cadeias públicas são o destino de presos provisórios, assim como as Casas de Custódia, que também são chamadas de Casas de Privação de Liberdade.

² Dados do Infográfico – Brasil atrás das grades (2012). Disponível em: <<http://www.direitodireto.com/priso-es-infografico-brasil/>>. Acesso em: 25 ago. 2015. Essa situação de superlotação, segundo Marcos Bretas (2009, p.10), “[...] afronta a condição humana dos detentos, aumenta a insegurança penitenciária, o abuso sexual, o consumo de drogas, diminui as chances de reinserção social do sentenciado, além de contrariar as condições mínimas de exigências dos organismos internacionais”.

IV³. Incluindo CPPL I e a CPPL de Caucaia – também chamada pelos detentos de “Carrapicho” – as Casas de Custódia foram criadas para encarcerar presos provisórios oriundos das delegacias, que ainda não foram julgados pelos seus crimes. A “provisoriidade” dos presos distingue as CPPLs dos presídios. Contudo, as Casas estão abarrotadas de presos julgados pelos mais diversos crimes, cujos mais comuns são: tráfico de entorpecentes (art. 33), furto (art. 155), formação de quadrilha (art. 288), receptação (art. 180), porte ilegal de armas (art. 14), roubo (art. 157) e homicídio (art. 121)⁴.

A Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II) é relativamente nova, fora inaugurada em 2009, custando 11 milhões de reais aos cofres públicos. Sua arquitetura inovadora separa os presos da sociedade através de alambrados, que são guarnecidos por oito guaritas externas. Segundo a primeira administradora da Casa, capitã Sara⁵, “é uma questão de economia, pois sai muito mais caro você construir uma muralha de concreto do que você utilizar os alambrados”. Porém, essa economia em dinheiro provoca as tentativas de fugas dos internos, que veem a CPPL II como umas das prisões mais fáceis de fugir.

Chamado pelos presos de “cerca de arame farpado”, o alambrado gera conflito entre os grupos que dirigem a Casa. Enquanto um enfatiza que mantê-lo representa “uma questão de economia”, outro reclama da estrutura física da Custódia, que permite maior facilidade para fugas e outros tipos de desvio, por exemplo, a comunicação entre uma Rua e outra através dos “cobogós”, que são entradas de ar das celas. Segundo o diretor-adjunto, os presos fazem o “trem”⁶ e

³ Há também o Complexo Penitenciário Itaitinga I, que é constituído pelo Hospital Geral e pelo Sanatório Penal Professor Otávio Lobo (HGSPPOL), pelo Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira 2 (IPPOO 2), pelo Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes (IPGSG), e pela Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Luciano Andrade Lima (CPPL I).

⁴ Quanto aos tipos de delitos e suas frequências, cheguei a essa conclusão após dezenas de entrevistas fechadas, via questionários, realizadas nas atividades do Censo Penitenciário.

⁵ Os nomes dispostos neste artigo não condizem com a realidade, são alusões que o pesquisador faz a personagens da Bíblia no sentido de manter o anonimato dos sujeitos da pesquisa. Em “temas perigosos” (BARREIRA, 1998, p.19), devemos reconhecer que “resguardar a privacidade de nossos informantes” é apenas uma faceta da questão ética que envolve a pesquisa com grupos humanos (FONSECA, 2008, p.45).

⁶ “Trem” é um fio feito com sacolas plásticas, ligado de uma cela a outra (ou de uma rua a outra), que faz o transporte de objetos dos mais variados. A técnica corporal despendida para conectar um “trem” de um ponto a outro é extraordinária. Amarra-se uma chinela numa ponta que perpassada com a mão através dos cobogós e é lançada com força e jeito para o outro lado, onde há outra mão esperando o “trem” a ser aparado. Neste aparelho são dispostos os mais variados objetos, mas as drogas são o carro chefe dessa transferência, pode-se dizer que o tráfico de uma rua a outra é mediado pelo “trem”.

estabelecem o comércio de armas e drogas entre as Ruas. Os internos também ressaltam que a estrutura física da CPPL II facilita as fugas: “tem preso aí que quebra isso em cinco minutos com uma barra de ferro”, afirmou um dos presos apontando para os “cobogós”.

Por isso, a Custódia ainda conta com oito guaritas externas, que funcionam como torres de vigilância, que resguardam os limites entre a sociedade e o mundo prisional, sendo circundadas pelo alambrado (cerca de arame farpado). Entrementes, durante as tentativas de fugas, os presos e os criminosos que estão em sociedade criaram uma estratégia de cobrir as guaritas por uma cortina de balas desferidas pelos que estão de fora enquanto aguardam os presos em fuga.

Além da administração, da enfermaria e quatro salas de aula, a Casa possui seis “Vivências”, que também são chamadas de “Ruas”, ou “BR’s”; são elas: A, B, C, D, E & F. Cada Rua tem 26 celas, chamadas pelos presos de “casinhas”. Cada uma delas tem capacidade para abrigar seis detentos, possuindo, assim, seis “pedras” ou “comarcas” de concreto chumbadas com ferro nas paredes; elas servem como camas nas quais os presos acomodam panos e colchões de espuma, deixando-as mais confortáveis. Entrementes, em cada cela, é normal o número de internos ultrapassar a capacidade máxima, obrigando a alguns dormirem na “pista”, isto é, no pavimento. Os novatos sempre iniciam sua vida na prisão dormindo no chão. Nas outras Ruas, os “noiados”, viciados em drogas, principalmente no crack, também dormem na “pista”, pois, comumente, em algum momento, na “fissura” (vontade) para ficar de “rock” (ficar sob o efeito das drogas, muito “louco”, para “ver babau”), trocam o possível conforto da “comarca” de concreto com colchão por “pedras” de crack.

No fundo da “casinha” há uma latrina, um tanque e um pequeno espaço para o banho. Esse micro espaço é separado das comarcas por uma cortina, garantido maior privacidade na hora da evacuação das necessidades fisiológicas e da assepsia corporal, auxiliada por uma “cunha” (recipiente de plástico), porque não há chuveiro. A “exposição contaminadora”, analisada por Goffman (1974), nas instituições totais⁷, é camuflada na CPPL II na medida em que os presos usam panos no sentido de impedir a visualização das celas através das grades, assim como as cortinas nos lavatórios.

⁷ A “exposição contaminadora” é a situação em que a “fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas” (GOFFMAN, 1974, p. 31). Segundo Goffman (1974, p. 31), existe a “violação da reserva de informação quanto ao eu”. Os dormitórios são coletivos, os banheiros não têm portas [...] “As celas de prisão com barras de metal como paredes permitem essa exposição”.

Além das “casinhas” normais, há dez celas de isolamento – comumente chamadas de “tranca” ou “disciplina” – que, no total, comportam 20 detentos. Elas são separadas das ruas. O preso indisciplinado, baderneiro que, geralmente, é “espirrado” (expulso) das Ruas pelos próprios presos, é jogado lá e fica a mercê da administração. Foram ouvidas diversas narrativas sobre esse espaço, que é representado como um lugar escuro e sujo; o preso, neste sítio, tem acesso limitado à água e não recebe visita.

Na CPPL II, há também duas quadras nas quais os internos têm momentos dedicados às práticas esportivas. No entanto, o futebol e outros exercícios corporais são praticados em espaços de 20m², entre uma Rua e outra. Nesses lugares é também possível o banho de sol, pois, sendo necessário um maior contingente de agentes para deslocar os presos das Ruas às quadras, esse procedimento não é realizado. Dessa maneira, esses espaços dificilmente são utilizados pelos presos.

“A rua dos irmãos”

O que distingue “a Rua dos irmãos” em relação ao restante da Casa é “a obra”, também conhecida como “a doutrina” do Projeto Renascer (doravante, PR). Criado em 2009, por um grupo de 30 internos, o PR reúne os presos que optaram por seguir um conjunto de regras orientadas por uma “cultura de paz” pautada na Bíblia. Segundo a ex-diretora da CPPL II, a capitã Sara:

O Projeto Renascer nasceu a partir de seis internos, por conta de uma iniciativa nossa, enquanto direção, de fazer com que fizesse uma autoadministração carcerária por parte dos próprios internos na vivência carcerária, e esse projeto não deu certo... Aí até que sugeriram seis internos, e disseram: “diretora, se a senhora quiser que dê certo, a senhora precisa separar o joio do trigo, dê pra nós um pavilhão, que a gente passa para lá só pessoas que queiram andar numa conduta diferenciada na cadeia, que realmente abrace, sem derramamento de sangue, sem droga, sem celulares, e com a presença de Deus...” Eu disse assim: “então, façamos isso”⁸.

⁸ Entrevista concedida ao site da Igreja Batista Central de Fortaleza. Vídeo disponível em: <<http://ibc.org.br/recursos/videos/projeto-renascer-e-cr-prisoese>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

Dessa forma o PR é constituído por um afastamento, que tem como finalidade classificar e separar os internos em dois tipos⁹: “um primeiro grupo de presos convertidos, ansiosos por recuperação; e um segundo grupo formado por aqueles que desejam perder-se cada vez mais” (Ex-diretora, capitã Sara)¹⁰.

Na CPPL II o ajuste entre saber-verdade e “práticas divisórias” está intimamente combinado ao discurso religioso pentecostal e ao interesse da administração em manter o ambiente prisional pacífico. O preso que detém certo conhecimento sobre a Bíblia e a administração se associaram para criar uma nova forma de conduzir a vida no interior da CPPL II, que é representada através da “doutrina” do Projeto Renascer.

Sobre o significado do termo “Renascer”, o jovem interno Isaías comenta:

A bíblia diz que Jesus falou para Nicodemos: “necessário é nascer de novo”. Aí eu acho que é baseado nesta palavra, renascer, é necessário nascer de novo. Então, eu acho que quando a pessoa é do crime. Nós que éramos do crime, quando aceitamos Jesus, acreditamos que nós nascemos de novo. Nós morremos para as coisas do mundo e nascemos para uma nova vida. Então, renascer é mais ou menos começar de novo a nossa história, uma nova vida (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

“Renascer”, que denomina o Projeto, significa que “o preso está morto na prisão”, que está “tudo acabado”, “que ele está nas trevas”, e o PR é a “oportunidade para recomeçar uma nova vida”.

A partir dessa crença, a princípio, havia um discurso entre presos e diretoria, que descrevia o espaço interno da CPPL II como um ambiente de paz. Os presos convertidos estavam distribuídos em cinco Ruas. São elas, a saber, A, B, C, D & E.

⁹ Seja na *História da loucura na Idade Clássica* (FOUCAULT, 2012a) seja no *Vigiar e punir, história da violência nas prisões* (FOUCAULT, 2012b), a exclusão espacial e, conseqüentemente, social sempre foi um tema caro para Michel Foucault, que a definiu como “práticas divisórias” – modo de objetivação no qual “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros”, por exemplo, “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos” (FOUCAULT, 1995, p.231). Paul Rabinow (1999), sagaz intérprete do pensamento foucaultiano, afirma que as “práticas divisórias” são modos de manipulação que combinam a mediação de uma ciência (ou pseudo-ciência) e a prática de exclusão, geralmente num sentido espacial, mas sempre num sentido social” (RABINOW, 1999, p.32).

¹⁰ Palavras proferidas pela ex-diretora, capitã Sara, em Projeto Renascer CPPL II. Disponível em: <<http://renascer-paz.com.br/index.php>>. Acesso em: 4 out. 2011.

Nós éramos seis, de seis foi para trinta, e com esses trinta nós ganhamos uma “rua” e, hoje, para misericórdia de Deus, somos entorno de novecentos e cinquenta irmãos, glorificando o nome de Deus; sendo capacitados, sendo libertados... E eu tenho fé em Deus que essa cadeia mesmo vai ser testemunha lá na frente que Deus vai isentar ela (Pastor Eli¹¹).

E esses seis homens, hoje, se multiplicaram nos novecentos que a gente tem, e de um pavilhão nós temos cinco (Capitã Sara)¹².

Segundo os presos a CPPL II é uma “cadeia totalmente pacificada; problemas têm, mas é minoria”. Aqui, há “felicidade dentro da cadeia”. Pois ser cristão é “conquistar a liberdade e preservar nossa vida”.

A suposta redução da violência e a pacificação da CPPL II se deram com auxílio da administração do presídio que, vale ressaltar, é composta em sua maioria por adeptos de igrejas pentecostais da capital cearense. Os diretores nunca esconderam a adesão às congregações pentecostais, e defendiam a continuidade e a expansão do Projeto a outras Ruas. Para um deles, o Projeto Renascer é “a menina dos olhos da Sejus”, que transformou a CPPL II em presídio modelo no estado. O atual diretor, fiel confesso de uma igreja pentecostal, afirmou que “o Projeto Renascer saiu do coração de Deus para os corações dos homens”. Em uma situação de conversação, um encarcerado da “Rua dos irmãos” comenta o seguinte sobre essa dinâmica de pacificação na prisão: “quando o diretor sabe que tem uma rua cheia de droga, celular e faca e ele resolve entregar esta rua para os irmãos, ele faz o seguinte. Ele transfere os presos para outras ruas ou para outras prisões. Quando a Rua está vazia, ele entrega para o pastor Eli”¹³.

¹¹ Pastor Eli é o detento que coordena o Projeto Renascer no interior da CPPL II. Ele ordenado pelos próprios presos evangélicos, e, posteriormente, membros da Igreja Assembleia de Deus Montese o instituíram como Pastor da “Rua dos irmãos”.

¹² Ambas as citações foram transcritas da entrevista concedida ao site da Igreja Batista Central de Fortaleza. Vídeo disponível em: <<http://ibc.org.br/recursos/videos/projeto-renascer-e-cr-prisoas>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

¹³ Assim, a pacificação da Rua C, por exemplo, ocorreu do seguinte modo: 1) esvaziamento completo da Rua, conduzindo os presos mais problemáticos para outras prisões ou transferindo-os para Vivências ainda não pacificadas; 2) comunicar o completo esvaziamento da Rua aos internos. Diante desse anúncio, a administração convoca-os à adesão ao Projeto e à aceitação das regras ou à transferência imediata à outra prisão. Após o esvaziamento, os “irmãos invadiram” a Rua com vassouras, rodos, panos e sabão, e iniciaram o trabalho de limpeza dela. Eles também se dividiram entre as 26 celas para identificar os locais (“tocas”) nos quais os outros detentos escondiam armas, drogas, celulares e outros objetos proibidos no interior da Casa. A etapa final desse processo de pacificação, além da limpeza física, é a “limpeza espiritual”. Segundos os irmãos, a “Rua precisa ser consagrada para Deus” com orações.

Nos primeiros passos desta pesquisa na CPPL II¹⁴ a prisão estava “ganha” pelo PR e a diretoria relegara a Rua F aos “presos que não desejavam a paz”. Num período anterior, a própria Rua F fora “pacificada” pelo PR. Contudo, como explica Isaías,

A vivência F, ela foi ganha para os irmãos, mas aí o que foi que aconteceu, um usou uma faca, usou um celular, ele não foi disciplinado e não saiu da rua, aí com certeza o outro ver: “meu irmão, vou botar um celular pra mim também”, aí bota celular. Aí tá cheio, cara, cheio de celular, cheio de droga, cheio de faca (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Segundo o líder do PR, pastor Eli, a Rua F funciona como uma espécie “válvula de escape” que agrupa os presos que não aderiram à “doutrina”. Ela é continuamente representada como “Rua da Babilônia”.

Com o desenvolver do trabalho de campo, no entanto, foi observado que lentamente pequenas revoltas, como tentativas de fugas e rebeliões, e atos extremos de violência, como linchamentos e assassinatos, foram organizando o espaço prisional no sentido de “espirrar” (expulsar) e restabelecer territorialmente os presos que não aceitavam “a doutrina”, relegando cada vez mais aos presos integrantes do PR o isolamento das Ruas A e B.

Com o passar do tempo, os presos dessas Ruas, que concordavam em um primeiro momento com “a doutrina”, rebelaram-se em um segundo momento contra os presos integrantes do PR, separando o convívio de uma vez por todas entre os presos da A e da B. A primeira Rua ficou constituída apenas por presos integrantes do PR e os presos que concordam com a austeridade da “doutrina”. Ambos os grupos são constituídos de “irmãos” evangélicos pentecostais que trabalham ou não no PR, além de não adeptos dessa crença, que exercem ou não alguma atividade na “obra”.

A segunda Rua é formada por presos não convertidos à crença evangélica e presos adeptos do cristianismo pentecostal, todos insatisfeitos com o modo de orientação da conduta imposto pela “doutrina” do PR. Antes do cisma, por meio da proximidade física, os presos das Ruas A e B conviviam no banho de Sol e as visitas de uma Rua a outra eram frequentes, bastando apenas ter a permissão de um integrante do PR. Foi o Pastor “da obra” que optou pela separação, para evitar contatos, pois “joio e trigo não se misturam”. Assim, de uma vez por todas, a grade que separa as duas Ruas fora trancada.

¹⁴ Na segunda metade de 2011.

Contudo, os motivos pelos quais o “racha” ocorreu também foi demanda da outra parte envolvida, pois os internos da Rua B reforçam que a “doutrina” da Rua A é muito rígida, reprimindo os presos lentamente sob as fundações de suas regras, ao passo que os irmãos da Rua B são mais liberais. Essa visão é compartilhada por presos de outras Ruas. Por exemplo, um interno que está encarcerado na Rua D, afirmou, certa vez, que não está “na Rua A porque os irmãos são opressores”. Um habitante da Rua A explicou que João trocou a A pela B porque esta é mais liberal que aquela, “além de ser mais tranquila”.

Ao passo que na Rua B é possível fumar cigarro e ouvir “músicas mundanas”, além de jogar cartas e andar sem camisa na Rua, a maconha é proibida. Contudo, um jovem interno, certa vez, revelou que é comum fumarem “o cigarro do diabo” (cannabis) no interior da Rua B. Segundo José, a Rua B

Está cheia de droga, tem celular lá dentro, o cara botando droga e celular lá dentro. E dessa maneira vai complicando a convivência da Rua B. Eu e o pastor Eli estamos cuidando da Vivência A e a gente não tem como interferir o que está acontecendo na Vivência B porque quem está dirigindo a rua B é o Samuel. [...] Nas demais Ruas, a rua D, a Rua E, nós tentamos impor o trabalho desta forma: só pregar o evangelho, não proibir arma, droga, faca e este tipo de coisa, a gente não ia bater de frente com este tipo de coisa, só bastava pregar o evangelho, porque a Bíblia diz que é a palavra que liberta. E os irmãos tentaram, na Rua B, dessa forma, mas depois que o crime se estabeleceu na rua, que ele domina. Porque o *crack* é uma peste no sistema carcerário, lá fora, em todo canto. O que acontece, depois que o cara se estabiliza, bota droga, domina a rua, aí ele pega e tira os irmãos da rua, é o que eles chamam de “*esperrar*”. Por qual motivo eles fizeram isso? Porque eles têm medo que os irmãos delatem para a direção quem é que está traficando, quem é que tem celular, quem tem droga.

Uma vez que o crime toma conta da Rua, a obra do PR não tem mais poder de comando perante a massa de presos, que são agora controlados pelos chefes do tráfico. Então, seus dirigentes retrocedem, não entrando em conflitos com os presos que comandam o crime, pois, segundo relato do Pastor Eli, “a bíblia diz que a nossa guerra não é contra o sangue e a carne, mas sim contra principados e potestades; então, a gente sai”. A partir daí a Rua, não mais pacificada pelo PR, passa a ser parte integrante da “Babilônia”.

Por isso, Isaías explica que “o PR está com quase quatro anos e infelizmente tem que ter essa doutrina, porque se não tiver, vira Babilônia”, e continua:

Na rua B, os irmãos, na realidade, são ditados pelo crime; por quê? Porque na rua A, uma rua de irmãos, que não tem droga (todos sabem que não têm), o diretor ainda dá uma geral lá dentro. De vez em quando ele dá uma geral na Rua B e aparece celular. O celular é pior do que uma arma, droga, porque com celular aqui dentro o cara manda sequestrar as pessoas lá fora, manda matar, manda deixar droga num canto no outro, manda cobrar dívidas, dão golpes [...] Alguns pastores da liberdade já falaram para gente que só pregasse o evangelho e não batesse de frente com o crime, mas, infelizmente, o PR está com quase quatro anos e infelizmente tem que ter essa doutrina, porque se não tiver, vira Babilônia.

Assim, ser rígido é bater de frente com o crime. É não se adequar perante desejos e interesses dos presos que permanecem no tráfico, que tem a mentalidade da delinquência. Segundo José, “conviver na rua A é na ‘tora’ (difícil) mesmo. Se o cara for bandido, mas ele respeitar a doutrina, não botar droga pra dentro, não botar celular, ele vai puxar os dez anos dele tranquilo. E a família pode ir pra casa dormir sossegada”. Isaías explica, contrariando a fala de outros encarcerados, que o preso, na “Rua dos irmãos”:

Independente dele ser católico ou não, independente de ele professar o cristianismo ou não, nós vivemos em união, sempre pregando o evangelho, mostrando para eles que Jesus da mesma forma que libertou Paulo e Silas, Jesus quer libertar ele também e dar uma nova vida para ele.

Às vezes acontece confusão dentro da rua, a gente vai e apazigua. Quando acontece de dois brigarem, independente de quem seja não pode continuar na Rua, porque a doutrina diz que não pode brigar. Independente de ser irmão ou não ser, de ser católico ou umbandista, nós convivemos todos dentro da rua e o direito é igual para todos. Agora, a única coisa que a gente pede, dentro da vivência, é que respeite a doutrina, de não usar droga, de não ter faca, porque se eu tenho faca dentro de uma rua dessa eu tenho uma maldade com alguém. Se alguém fizer alguma coisa comigo, e eu não gostar, vou dar uma facada nele; então, a gente vê dessa forma.

No entanto, esse controle absoluto revela-se em pequenas situações cotidianas não relacionadas ao crime, mas sim referentes à vida contrária ao ascetismo evangélico protestante, que delimita com muita propriedade a linha divisória entre os “caminhos de deus” e o “mundão”:

Agora, o que é que a gente pede a todas as pessoas que chegam? Que mantenha aquela doutrina. Porque a gente tem a consciência de uma coisa. Se eram cinco Ruas de irmão e agora só tem uma, e a realidade é essa, se abrir mão da doutrina na Rua A, ela, em questão de dias, vira Babilônia. Então, eu creio dessa forma, não tem como ter o Projeto Renascer sem a doutrina. São de 11 a 13 regras (Isaías em situação de entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

O controle, portanto, é delineado a partir de um conjunto de regras que se sustentam na cosmologia judaico-cristã e buscam promover posturas, regular gestos e movimentos, instituindo e punindo os comportamentos que são ditos como desviantes.

1. Nesta Vivência só seguimos o que for permitido na Lei de Deus (Tiago, c. 1, v. 25);
2. Nenhum tipo, espécie ou qualidade de armas. Não admitimos violência ou qualquer tipo de agressão física ou moral, paz total (Jeremias, c. 22, v. 3; e Eclesiastes, c. 9 v. 18);
3. Não admitimos nenhum tipo de vício, (Daniel, c. 6, v. 4; e I Coríntios, c. 9, v. 10);
4. Jamais em momento algum faltar com desrespeito com os agentes penitenciários e profissionais desta unidade, (Romanos, c. 13, v. 1, 2)
5. Na ocorrência de trem para outras Vivências automaticamente a cela será desativada, (Romanos, 13, c. 1, v. 2);
6. Aqui não é permitido gritarias, brincadeiras de mau gosto e apelidos, (Efésios, c. 4, v. 31);
7. Aqui é proibido andar sem camisa no corredor ou quando tivermos visitas de irmãos de fora ou da direção e nas horas de culto e oração, (Marcos, c. 5, v. 15);
8. Nesta Vivência não é permitido falar das coisas do mundo, (Salmo, c. 34, v. 13; e I João, c. 4, v. 4, 5);
9. Manter a Rua limpa, não varrer o lixo para o corredor e nem jogar o lixo pelas janelas, para trás da vivência. Ao pagar das quentinhas nos dias de domingos, 1º serão pagas as quentinhas dos presos que estão com visitas, 2º ficar uma pessoa responsável por essa tarefa, logo após será pago as quentinhas dos outros irmãos, (I Coríntios, c. 14, v. 40);
10. Os horários de silêncio nas Vivências [são]: das 12 às 14, e após às 22 horas, silêncio total, (Eclesiastes, c. 3, v. 1-7);
11. Não é permiti-

do deixar o cabelo e a barba grande, nem o cavanhaque, (Isaias, c. 15, v. 2); 12. O principal de todos: amor, humildade e igualdade, (Efésios, c. 4, v. 2; e Provérbios, c. 10, v. 12).¹⁵.

Percebe-se nesse conjunto de regras impostas pelo Projeto um “regime de moralidade” que é constituído de “sistemas de percepção e avaliação do mundo que operam distinguindo o bem do mal, o justo e o injusto, como princípios de ação” (RIFIOTIS; DASSI; VIEIRA, 2010, p.8).

Portanto, não é apenas a contribuição do preso no crime, como portar algum tipo de arma ou cometer o “trem” que delimita ou não sua presença na Rua A, mas também práticas ordinárias do dia a dia que, no entanto, são consideradas desviantes entre os presos “da obra”, quais sejam, “andar sem camisa”, usar de “gritarias, brincadeiras de mau gosto e apelidos” para se comunicar com o outro, “falar das coisas do mundo”, “deixar o cabelo e a barba grande” e “ouvir músicas do mundo”.

Por isso, há um tabu sobre as “coisas do mundo”. Neste caso, em especial, as “músicas mundanas”, que devem ser eliminadas do cotidiano dos presos, caso contrário, “as impurezas do mundo profano podem contaminar e afastar os irmãos da esfera do sagrado”. Porém, não somente as “músicas mundanas” são proibidas no interior da Rua A, mas também o tráfego “sem camisa” e o uso de “apelidos” e “palavrões” no tratamento com o outro.

Goffman (1974) nos chama atenção à mortificação do eu, isto é, à práticas de despojamento do papel social que o indivíduo desempenhava no mundo externo¹⁶. Dessa forma, os processos de admissão, arrumação, programação e enquadramento são rituais que separam o indivíduo da interação existente entre seus familiares, amigos etc. e o adéqua de acordo com a disciplina prisional, tornando o corpo encarcerado visivelmente homogêneo na medida em que é introduzido na rotina da instituição.

Os presos que estão enclausurados na Rua A sofrem um tipo específico de mortificação do eu. Além do ritual característico de despersonalização constituinte de todas as “instituições totais”, o preso que aceita a “doutrina” e opta

¹⁵ Essas regras foram transcritas em algumas cópias de papel ofício e distribuídas entre os presos. No meu primeiro dia em campo (no dia 26 de setembro de 2011), ganhei uma dessas cópias, tenho-a conservada no meu arquivo de pesquisa.

¹⁶ Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter história de vida, tirar fotografias, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que seja guardados, despistar, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado (GOFFMAN, 1974).

por morar na “Rua dos irmãos” tolera outros protocolos de despojamento de sua identidade. Segundo Mc Levi, as palavras devem ser controladas. Não se pode falar qualquer coisa. Cantar ou ouvir “músicas do mundo” está veemente proibido, andar sem camisa também.

Mas, isso não quer dizer que os internos que estão na “Rua dos irmãos” aceitem de forma pacífica as ordens postas pelo PR e não cometam nenhum tipo de desvio. Ao contrário, revistas de mulheres nuas circulam de mão em mão, no interior das celas. O que é veementemente proibido virou “projeto” (moeda) de troca entre os presos. Alguns presos relatam que, às vezes, fumam cigarros amparados pela circulação de ar dos “cobogós”.

Assim, é possível precisar a partir da fala dos presos da “obra” que apenas a Rua A é a “Rua dos irmãos”. Contudo, como foi observado, os encarcerados da B também afirmam que sua Rua é dos “irmãos”, mas sem a austeridade da “doutrina” do PR. De acordo com “os irmãos da obra” e também pelos “os irmãos da B”, todo o restante das Ruas, não apenas a Rua F, é “a Babilônia”. Porém, há “irmãos” nessas Ruas, inclusive na F, fazendo trabalhos evangelísticos sem, contudo, “bater de frente com o crime”, expondo “a palavra de Deus” para os presos que não aceitaram o modo de conduzir a vida proposto pelos “irmãos” do Projeto Renascer.

Segundo um interno que está encarcerado na D, o regime em sua Rua é de paz, mas é diferente. “Sem derramamento de sangue, mas há situações em que é inevitável”, por exemplo, quando um preso “mexe com as coisas” (mulher ou qualquer outro pertence) de outro preso. Os irmãos da Rua D pregam a palavra somente, e deixam os presos fumarem cigarros ou “pacaí”, além de usarem facas e celulares.

Apesar da existência de irmãos nas Ruas B, C, D, E e F, elas são reconhecidas pelos “irmãos” do Projeto Renascer como “Ruas da Babilônia”, cuja vida de seus encarcerados é transpassada pela “sociabilidade violenta”, a qual é representada por uma ordem social em que a relação entre as produções simbólicas e as práticas é marcada pela violência.

Isso expressa que a violência é usada de maneira instrumental, sem referência alguma a moral ou a valores, mas como um fim em si mesmo. Assim como em outras prisões, o código de ética da “Babilônia” é baseado na delinquência. Portanto, conduzir a vida neste espaço é direcionar seu comportamento perante uma “[...] ordem que funciona pelo avesso, dessa ordem que funciona na desordem na qual as normas são rígidas e quem deve paga com a vida” (CASTRO, 1991, p.63).

“Babilônia”, conforme os internos que integram o Projeto, faz referência a Babilônia narrada nos textos bíblicos, cuja conduta de seus habitantes era desprezível aos olhos de Javé, deus do povo Hebreu. Na “Babilônia”, segundo “os irmãos da obra”, estão os presos que não querem compromisso com “Deus” e não respeitam “a doutrina”. Essa caracterização faz com que os “irmãos da obra” se pareçam mais valorosos perante os “ímpios da Babilônia”, além de contribuir para que os primeiros cerrem fileiras contra os segundos.

Assim, a autoafirmação por parte dos “irmãos da obra” do “carisma grupal”, que é uma virtude específica “compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros” (NORBERT, 2000, p.20) tem como consequência o gozo de prestígios e vantagens em relação aos internos que não estão socialmente integrados em um grupo específico e não possuem coesão social para reivindicar alguma pendência com a diretoria, por exemplo.

É perceptível, entre “os irmãos da obra”, um alto grau de coesão interna e, conseqüentemente, uma maior disponibilidade de controle comunitário. Deste modo, um grupo estritamente integrado supõe que o estilo de vida dos indivíduos está intimamente ligado ao conjunto de normas. A observação dos padrões faz com que internos façam parte do “carisma grupal” e, conseqüentemente, tomem parte dos privilégios. Para tanto, cada integrante deve pagar um preço para participar do “carisma do grupo”. O interno deve submeter-se às normas, deve sujeitar-se aos “padrões específicos de controle dos afetos” (NORBERT, 2000, p.26). Dessa forma, seguir criteriosamente as prescrições é sempre válido, pois os indivíduos encarnarão o “carisma grupal”; assim, “[...] a satisfação que cada um extrai da participação no carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação pessoal decorrente da submissão às normas grupais” (NORBERT, 2000, p.26).

Ao contrário, os internos encarcerados “nas Ruas da Babilônia” são classificados como “instrumentos do diabo” ou “bodes” por não respeitarem as regras impostas pela “obra”. Segundo os internos do Projeto, a visita de qualquer pessoa é um perigo imenso, pois os bodes possuem facas e barras de ferro, assim como outras armas – por exemplo, o “cossoco”, uma pequena faca feita artesanalmente a partir de grades de ferro, escova de dente e outros materiais aproveitáveis –, instrumentos comuns nas celas da “Babilônia”. Drogas, celulares, jogos e violência, seja ela física ou simbólica, estão presentes nestas “Ruas”.

Histórias sobre espancamentos, homicídios e tentativas de fugas por parte dos internos que habitam “as Ruas da Babilônia”, narradas pelos internos e também pelos funcionários da administração prisional, correspondem à expectativa

atribuída à má reputação dos internos que estão nestas Ruas e contribuem para a construção da “perspectiva nós-eles”.

“Vacilos”, punições & “formação”

Segundo os presos da CPPL II, há no interior das prisões cearenses dois tipos específicos de “vacilo”, isto é, transgressão à regra: “o vacilo de morte” e “o vacilo de 1000”.

“O vacilo de 1000”, no qual o transgressor é violentado fisicamente (por usar, por exemplo, algum item do companheiro de cela sem a devida permissão), é um “vacilo” pago, não raro, com as mãos esmagadas por uma “barra de ferro”. “O rato de cela”, aquele que furtou um pertence de outro preso, também é punido dessa forma. Segundo Manoel, todo “vacilo” é passível de morte. Contudo,

Quando não mata, eles têm uma barra de ferro que tem a grossura desse objeto aqui (direciona o dedo indicador ao gravador), dessa grossura aqui de largura, desse tamanho aqui mais ou menos (1 metro), uma barra de ferro, aí eles botam a mão do cara assim (acredito que em alguma base de concreto) e quebram.

Há também “o vacilo de morte”, que é a falta cuja pena é capital; por exemplo, “olhar para a mulher do outro” durante o dia de visita. Esse desvio não inclui somente o direcionamento do olhar, mas também o tocar e o falar: os encarcerados relataram o caso de um interno que atribuiu valores escusos a todas as mulheres do bairro Bom Jardim sem saber que em sua cela tinha presos que eram habitantes desta comunidade. Manoel continua sua descrição sobre “os vacilos” e as punições:

Aí se for uma coisa mais grave como eles chamam na cadeia, tipo tu tá preso e tem tua esposa, aí outro preso dá um jeito e consegue o número da tua esposa e começa a xavecar tua esposa e consegue mesmo entrar na mente da tua esposa, e a esposa vem ver o cara no lugar do marido dela. Toma a mulher. Aí lá eles chamam de boca de prata. Boca de prata é o cara que toma a mulher do outro. Acontece demais. Quando os caras descobrem, aí os caras pegam e matam. Dar em cima de mulher de preso e for descoberto também é grave. Tu não pode olhar pra mulher do preso. Se tu for pego olhando, só olhando a mulher do preso, aí já é um vacilo de sair da rua todo quebrado de barrada de ferro ou morrer.

Assim, no interior do universo penal “as senhoras” – como os encarcerados chamam suas esposas – são tratadas como tabu no interior do cárcere, no qual o olhar, o tocar ou o falar são punidos da forma mais severa possível pela massa de presos.

“O X9”, também denominado de “cagueta”, é perseguido nos corredores prisionais pelo seu caráter desviante. Entre outras punições, “a cagueta” é passível de ser punida com a pena capital.

Nos corredores da CPPL II os presos que fazem parte da “obra” são rotulados pelos encarcerados da “Babilônia” como possíveis “caguetas”, que delatam o movimento dos presos com a finalidade de angariar confiança e privilégios junto à direção do presídio. Logo, “a rua dos irmãos” é reconhecida como “rua do seguro”, que salva o preso “cagueta”, “boca de prata”, “duzentão”, “rato de cela”, etc.

Mas nem sempre o preso rotulado como “vacilão” errou perante as regras impostas pelo “regime de cadeia”. Os conflitos entre os presos podem culminar em um tipo específico de processo de acusação¹⁷ na prisão cujo nome é “formação”.

“A formação” é, invariavelmente, apontada pelos presos da CPPL II como uma estratégia de resolução de conflitos entre os encarcerados da “Babilônia” na qual o lado mais forte sempre vence. Na verdade “a formação”, como empreendimento acusatório, é uma estratégia do traficante para ver-se livre dos seus inimigos. Por meio do crack, ele (traficante), exerce profunda influência sobre a vida dos presos e decide quem morre ou não na prisão¹⁸.

Em uma situação de conversação, Zaquel declarou: “é irmão, aqui na cadeia quem manda é o crack... com 10g dá pra matar quem quiser na prisão. Sabe quanto custa 10g? Duzentos reais... Não tem lei pra preso não, quem manda é o crack [...]”. Sobre o crack nas prisões, João comenta:

¹⁷ Becker (2008) nos aconselha a enfatizar os processos de acusação. Isto é, a observar no seio das relações sociais, quem acusa quem? Acusam-no de fazer o quê? Em quais circunstâncias essas acusações são bem sucedidas, no sentido de serem aceitas por outros (pelo menos por alguns outros)?

¹⁸ O *crack* é presença marcante na CPPL II. Não somente nela, mas em todas as prisões brasileiras, ele é usado continuamente por boa parte dos internos, que geralmente se viciam atrás das grades. Essa constatação foi efetuada por Jonas no seguinte registro: “[...] o *crack* é responsável pela destruição de muitas famílias lá fora e dentro da cadeia”. O transporte do *crack*, segundo os presos, é realizado pela visita e viabilizado pelos agentes carcerários, que recebem uma parcela para “fechar os olhos” diante da revista. Mas não são todas as visitas que passam livremente neste procedimento. Ouvi diversas histórias sobre mães ou “senhoras” que caíram na revista e estão presas no Instituto Penal Feminino (IPF).

Então, é o tipo da coisa, hoje em dia, está complicado para a pessoa viver no sistema prisional numa rua que se diz ser babilônia, porque quem manda na cadeia é quem tem dinheiro e comanda a venda do *crack* na cadeia. Se esse cara não for com sua cara e ele disser que você olhou para a mulher dele, aqueles caras que usam droga, que dependem da droga, todos vão acatar o que ele diz.

Além de um produto rentável financeiramente, o crack é uma espécie de trunfo nas mãos do traficante, que o utiliza para influenciar as ações dos viciados contra seus inimigos ou concorrentes no interior da “Babilônia”.

Portanto, os esforços contínuos dos “obreiros” no controle da Rua A visam evitar não somente o contato poluidor entre os presos que estão “na obra” e os encarcerados que estão na “Babilônia”, mas também a entrada do crack que é, segundo os presos, uma droga que “veio para matar mesmo, para destruir o mundo inteiro”.

“Na tranca”

O controle, na “Rua dos irmãos”, é estabelecido por uma ampla divisão do “trabalho religioso”¹⁹ entre “os obreiros”. As funções dispostas hierarquicamente vão do “pastor geral” ao “diretor da disciplina”, do “co-pastor” ao “dirigente de interseção oficial”, do “pastor das vivências” ao “auxiliar”, do “presbítero” ao “diácono”. “O pastor das vivências”, por exemplo, controla, em dias de visitas, a entrada e a saída de uma rua a outra pelos presos.

Dessa forma, essa divisão do trabalhado entre “os obreiros” faz com que haja um “olhar hierárquico” – “um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (FOUCAULT, 2012b, p.143) – sobre si mesmo e sobre os outros²⁰.

¹⁹ Segundo Bourdieu, “[...] o trabalho religioso realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais” (BOURDIEU, 2009, p. 32-33).

²⁰ Trata-se de um microfísica do poder que desloca à função do Estado como centro de ressonância do poder. A instituição estatal terá seu papel redimensionado, perdendo, assim, seu lugar de núcleo controlador das relações sociais, ao passo que, “[...] entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, [...] entre cada um que sabe e cada um que não sabe [da existência de] relações de poder” (FOUCAULT apud MAIA, 1995, p. 88).

Na CPPL II, o poder disciplinar característicos das instituições penais é deslocado aos “irmãos da obra”, que orientam a conduta de vida dos presos através da “doutrina” do Projeto Renascer. Assim, o PR funciona como um braço informal da direção do presídio. Um comando paralelo, mas que, na verdade, não é paralelo, é subsidiado ao comando do diretor.

“Os obreiros”, então, desenvolvem um contínuo estado de vigilância entre si e os outros presos, que optaram pelo encarceramento na Rua A. Conforme constatado, “os irmãos da obra” estão em profundo movimento de vigília no sentido de encontrar algo que distorça as regras de orientação da vida postas pela “doutrina”.

Dessa forma, o interno que não se adéqua à doutrina, após três chamadas de atenção, é conduzido à “tranca”, dispositivo de controle também dominado de Regime Disciplinar Diferenciado (doravante, RDD). Instituído em 2003, através de alterações na Lei de Execuções Penais, o RDD é um modo de separar os criminosos de alto risco ligados às grandes facções do crime organizado, conforme explica Dias (2011).

No entanto, no espaço da CPPL II, “os obreiros” promoveram um deslocamento prático e simbólico em que o RDD constitui-se como um espaço de separação no qual os integrantes indisciplinados permanecem em celas isoladas. Este afastamento é parcial, pois os demais presos têm livre acesso ao espaço em que aqueles se encontram. Neste espaço, os internos que não obedecem às regras são orientados pelos “obreiros” a agirem de forma que não as desrespeitem mais; a orientação é dirigida pela leitura da Bíblia e por orações.

Antes da resignificação e do novo uso da “tranca” pelos “irmãos da obra”, ela é empregada pela administração da CPPL como uma “solitária”, que pune presos revoltosos. Ela também constitui um espaço de segregação do preso “esperrado” pelos companheiros da “Babilônia”. Neste caso, “a tranca” não constitui “o seguro”, pois este é um sítio de encarceramento permanente e aquela é um local de separação temporário. Geralmente, os cativos vão à “tranca” por causa de brigas e discussões. Ela é descrita, entre os presos, como um lugar escuro e sujo. O preso, neste sítio, tem acesso limitado à água e não recebe visita.

“A tranca” no caso da “Rua dos irmãos” é uma “sala de disciplinamento”, segundo “os obreiros”, que isola o interno rebelde, ao passo que o orienta, através dos “obreiros”, a agir de forma correta na Rua A.

Nesse sentido, de acordo com a noção de poder disciplinar de Foucault (2012b)²¹, “a tranca” funciona como uma fórmula geral de dominação que permite o controle minucioso das operações do corpo, que realiza a sujeição constante de suas forças e impõe uma relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2012a); ou seja, “a tranca” é um mecanismo que faz frente a uma urgência de obter um efeito de controle mais ou menos imediato sobre os corpos dos internos, transformando-os em corpos dóceis – que seguem as regras sem questioná-las – e produtivos – que trabalham para manutenção do poder exercido pela “obra” do Projeto.

Dessa forma, os internos que integram o Projeto Renascer empreendem um trabalho cotidiano sobre si, sobre os outros e sobre seu entorno. A docilidade e a sujeição, produzidas a partir da tomada do poder sobre os corpos, podem ser o resultado de certas formas de cuidado de si (FOUCAULT, 2006), um “modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro”, mas que, também, podem ser “ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transfiguramos” (FOUCAULT, 2006, p.14). Enfim, são maneiras por meio das quais o sujeito se relaciona consigo mesmo e torna possível a relação com o outro.

Considerações Finais

Neste artigo foi efetuado um estudo etnográfico sobre as relações entre violência e religião a partir do trabalho de campo realizado na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), mais especificamente na Vivência A, reconhecida, entre os cativos dessa instituição, como “Rua dos irmãos” (ou “Rua da obra”).

Foi percebido que a dominação da “obra” é um exercício de poder minucioso e contínuo sobre o cotidiano dos presos que aceitaram as regras da “doutrina”. Não é, pura e simplesmente, imposição da vontade de uns sobre os outros,

²¹ Em *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2012b), Foucault observa que, a partir do fim do século XVIII e no início do século XIX, desenvolve-se e estrutura-se uma nova tecnologia de aproveitamento e utilização da força dos corpos. As disciplinas passam a ser utilizadas maciçamente. Instituições fundamentais ao funcionamento da sociedade industrial capitalista – tais como fábricas, escolas, hospitais, hospícios, prisões etc. – estruturam-se e têm como lógica de funcionamento as técnicas e táticas provenientes deste processo de disciplinarização. Nas palavras de Foucault, “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma “aptidão”, uma “capacidade”, que ele procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeito” (FOUCAULT, 2012a, p. 119).

mas uma relação competitiva entre as vontades. Quem tem poder, no caso, “a obra”, faz valer a sua vontade sobre os internos, ao passo que estes garantem um espaço pacífico no interior do universo prisional. Assim, o processo de dominação é a capacidade de impor obediência e aceitação de certa orientação da conduta de vida, que são as margens de ação e as capacidades de atribuir sentido à ação praticada.

Num espaço social marcado pela instabilidade constante no qual não há como prever as ações individuais, foi observado que o controle das emoções (e consequentemente das ações) por parte “da obra” garantia para os presos um espaço pacífico, distante da violência prisional.

“NO BLOODSHED IN PRISON”: RELIGION AND VIOLENCE IN PRISON.

ABSTRACT: *The objective of this paper is to discuss religion and violence among inmates of “Rua dos Irmãos” from Casa de Privação de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), Itaitinga-CE, space marked by the existence of Projeto Renascer, which guides the life of prisoners from a Pentecostal Christian morality. From an essentially ethnographic approach, which makes use of the look, the hearing and the writing, the work shows how religion, at the referred prison, exerts an action of “civility” on inmates, controlling emotions and regulating prisoner’s everyday conflicts.*

KEYWORDS: *Prison. Violence. Religion.*

REFERÊNCIAS

BARREIRA, C. **Crimes por encomenda:** violência no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BECKER, H. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, P. Gênero e estrutura do campo religioso. In. _____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2009. p.27-78.

BRETAS, M. et al. Introdução: história e historiografia das prisões. In. MAIA, C. N. et al. (Org.). **História das prisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p.9-34.

FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n.1, p.39-53, jan./dez. 2008.

CASTRO, M. Mesquita Pugliese de. Ciranda do medo. **Revista da USP**, São Paulo, n. 9, p.57-64, 1991.

DIAS, C. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.213-133, 2011.

NORBERT, E. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2012a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, R. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.229-250.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder em Foucault. **Tempo social: Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v.7, n.1-2, p.83-103, 1995.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho antropológico**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

RABINOW, P. **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RIFIOTIS, T.; DASSI, T.; VIEIRA, D. Vivendo no “veneno”: ensaio sobre regimes de moralidade entre “adolescentes em conflito com a lei” cumprindo medida socioeducativa em Santa Catarina. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2010.

